



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/SP

**ANEXO VII – INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)**

**1. CARACTERIZAÇÃO**

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado - IMR visa estabelecer critérios de aferição de resultados da contratação, definindo, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento desta contratação.

1.2. O Contratante utilizará formulário próprio como meio de análise, conforme IMR, em consonância com as diretrizes da [Instrução Normativa - IN SEGES/MPDG nº 005/2017](#), para definir e padronizar a avaliação da qualidade dos serviços prestados pela Contratada.

1.3. O IMR vinculará o pagamento dos serviços aos resultados alcançados em complemento à mensuração dos serviços efetivamente prestados. As adequações de pagamento originadas de insuficiência de resultados não devem ser interpretadas como penalidades ou multas.

1.4. Os pagamentos serão adequados aos resultados efetivamente obtidos, com base no IMR, que tem por finalidade aferir os resultados produzidos na execução do Contrato, por meio da verificação da qualidade do serviço prestado, adequação de prazos, obrigações contratuais, materiais aplicados, dentre outros fatores previstos na contratação.

1.5. Os aspectos considerados no IMR referem-se especificamente às ocorrências técnicas, ou seja, relacionadas à qualidade esperada dos serviços. Ocorrências diversas deverão ser enquadradas nas hipóteses de aplicação de penalidades previstas na contratação.

**2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO TÉCNICA**

2.1. O procedimento de avaliação técnica dos serviços será realizado periodicamente pela Fiscalização, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados. Também serão utilizados os registros e relatos de usuários dos serviços. Todas as ocorrências deverão ser datadas no momento do registro.

2.2. As supervisões que darão subsídio para a avaliação técnica serão realizadas nos locais de prestação de serviços em dias aleatórios, e acompanhadas pelo preposto e/ou responsável da Contratada. A impossibilidade de acompanhamento das supervisões por funcionários da Contratada não será impedimento para a realização das supervisões. Não haverá limites para a realização das supervisões, que serão realizadas em dias determinados pela Fiscalização.

2.3. O mecanismo de cálculo será a apuração mensal da quantidade de ocorrências para determinação do Índice de Desempenho ou Nota da Avaliação Técnica, bem como a determinação da glosa/desconto correspondente do valor da Nota Fiscal/Fatura, referente ao período objeto de avaliação.

2.4. O responsável pela Fiscalização deverá emitir o relatório de avaliação de IMR até o primeiro dia útil do mês subsequente à prestação de serviços, encaminhando à Contratada e ao Gestor de Contratos, para fins de verificação do valor de pagamento.

2.4.1. O primeiro mês de Contrato será objeto apenas de notificação, de modo a permitir o ajuste e aperfeiçoamento da qualidade do serviço pela Contratada. Assim, a avaliação técnica começará a ter efeito

financeiro a partir do segundo mês de contratação.

2.4.2. A Contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela Contratante desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador (por motivo de ocorrência de fato fortuito ou de força maior), conforme [Instrução Normativa - IN SEGES/MPDG nº 005/2017](#).

2.4.3. Caso não seja aceita a justificativa, a Fiscalização indicará a glosa correspondente nas faturas vincendas. Caso não haja faturas com vencimento futuro para a efetivação da glosa, os valores respectivos poderão ser descontados de valores pendentes de pagamento pelo Contratante.

2.5. A Contratada receberá documento contendo o resultado geral da avaliação do IMR e terá prazo de 2 (dois) dias, contados a partir do recebimento do documento, para interpor pedido de reconsideração da avaliação técnica. A reconsideração será avaliada pela Fiscalização, por igual prazo.

2.6. Haverá a possibilidade de recurso com efeito suspensivo junto à Autoridade Competente, em prazo que não seja superior a 5 (cinco) dias contados do recebimento do resultado da reconsideração.

### 3. ÍNDICES DE DESEMPENHO

3.1. A **qualidade esperada dos serviços** é uma condição de atendimento pleno das necessidades do órgão, tendo como referência, as diretrizes do Termo de Referência.

3.2. Para fins de avaliação, a Nota da Avaliação Técnica - NAT será obtida da seguinte forma:

$$\text{NAT} = 100 - \Sigma p$$

Onde:

$\Sigma p$  = somatório dos pontos relativos às ocorrências/irregularidades verificadas nas supervisões e controles, conforme tabela abaixo.

3.2.1. Será considerado o somatório dos pontos daqueles itens que tiverem ocorrências/irregularidades/falhas registradas no mês, referente ao período objeto de avaliação, conforme disposto na tabela abaixo:

MÓDULOS	OCORRÊNCIAS	PONTOS
<b>MÓDULO 1: <u>SERVIÇO DE VIGILÂNCIA DIURNA</u></b>	Todos os aspectos adequados à contratação (execução, quantidade e identificação)	0
	Um aspecto inadequado (descrever)	2
	Dois aspectos inadequados (descrever)	4
	Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	6
<b>MÓDULO 2: <u>SERVIÇO DE VIGILÂNCIA NOTURNA</u></b>	Todos os aspectos adequados à contratação (execução, quantidade e identificação)	0

	Um aspecto inadequado (descrever)	2
	Dois aspectos inadequados (descrever)	4
	Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	6
MÓDULO 3: <b><u>RONDAS</u></b>	Todos os aspectos adequados à contratação (execução, quantidade e identificação)	0
	Um aspecto inadequado (descrever)	2
	Dois aspectos inadequados (descrever)	4
	Três ou mais aspectos inadequados (descrever)	6

3.2.2. A resultado da avaliação corresponde à atribuição mensal dos conceitos “bom”, “razoável”, “insatisfatório” e “péssimo”, conforme Nota da Avaliação Técnica (NAT), e a glosa/desconto sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, se for o caso, obedecerá aos parâmetros estabelecidos no quadro abaixo:

Nota da Avaliação Técnica (NAT)	Conceito	Desconto (%)
95 a 100	Bom	0
90 a 94.99	Razoável	1
85 a 89.99	Insatisfatório	2
Abaixo de 84.99	Péssimo	3

3.2.3. O resultado da avaliação técnica implicará, dependendo do caso, na glosa/desconto correspondente do valor da Nota Fiscal/Fatura, referente ao período objeto de avaliação, de acordo com os parâmetros estabelecidos acima e de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{VMA} = \text{VMC} - (\text{VMC} \times \text{D}/100)$$

Onde:

VMA = valor mensal apurado, com base na avaliação técnica;

VMC = valor mensal contratado;

D = taxa de desconto (em %) apurada na Avaliação Técnica.

3.3. A cada apuração mensal, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade.

3.4. Haverá rescisão contratual, conforme avaliação técnica, as seguintes condições:

I - Avaliação técnica corresponde à atribuição de conceito “insatisfatório” por 2 (dois) meses consecutivos;

II - Avaliação técnica corresponde à atribuição de conceito “insatisfatório” por 4 (meses) meses durante o período dos últimos 12 (doze) meses;

III - Avaliação técnica corresponde à atribuição de conceito “péssimo”.

São José do Rio Preto/SP, 13 de abril de 2021.



Documento assinado eletronicamente por **JOAO LUCIO CRUZ DE CAMPOS, Agente de Polícia Federal**, em 13/04/2021, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **PAULO MELO SANTOS, Agente de Polícia Federal**, em 13/04/2021, às 11:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **FRANCISCO FRANCO DO AMARAL NETO, Agente de Polícia Federal**, em 13/04/2021, às 11:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **18351184** e o código CRC **4CEDBC51**.